

## ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

*Ex-Presidente da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos; Juiz da Corte Internacional de Justiça (Haia); Professor Emérito de Direito Internacional da Universidade de Brasília e Professor Titular do Instituto Rio Branco (1978-2009); Ex-Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1985-1990); Professor Honorário da Universidade de Utrecht e Honorary Fellow da Universidade de Cambridge; Membro Titular do Curatorium da Academia de Direito Internacional da Haia e do Institut de Droit International; Presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional*

# OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

RENOVAR  
Rio de Janeiro  
2015

**abdr**   
Respeito e direito actual!

Todos os direitos reservados à  
 LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.  
 MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.307 - Centro - RJ  
 CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135  
 FILIAL RJ: R. Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão-RJ  
 CEP: 20940-010 - Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596  
 FILIAL SP: R. Conselheiro Carrão, 247 - Bela Vista, São Paulo-SP  
 CEP: 01328-000 - Tels.: (11) 2645-5442 / 2645-5452

**www.editorarenovar.com** © 2015 by Livraria Editora Renovar Ltda.

*Conselho Editorial:*

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)  
 Antonio Celso Alves Pereira  
 Caio Tácito (*in memoriam*)  
 Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)  
 Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)  
 Gustavo Binenbojm  
 Gustavo Tepedino  
 Lauro Gama  
 Luís Roberto Barroso  
 Luiz Edson Fachin  
 Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.  
 Manoel Vargas  
 Nadia de Araujo  
 Nelson Eizirik  
 Ricardo Lobo Torres  
 Ricardo Pereira Lira  
 Sergio Campinho

*Capa:* Sheila Neves

**0255**

*Editoração Eletrônica:* TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

TI186c Cançado Trindade, Antônio Augusto  
 Os Tribunais Internacionais e a Realização da Justiça / Antônio Augusto Cançado Trindade. — Rio de Janeiro: Renovar, 2015.  
 507p. ; 23cm.

ISBN 978-85-7147-896-1

1. Direito Internacional Público: História e Fundamentos. 2. Tribunais Internacionais. 3. Jurisprudência Internacional. 4. Justiça Internacional. 5. Evolução do Direito Internacional.

CDD 346.81052

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)  
 Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## ÍNDICE

Prefácio (Antônio Celso Alves Pereira).....	XIII
---	------

### PARTE I

#### A JUSTIÇA INTERNACIONAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: CONSIDERAÇÕES DE ORDEM JURÍDICA, HISTÓRICA E FILOSÓFICA

#### Capítulo I

#### A CONTRIBUIÇÃO DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS À EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

I. Introdução .....	3
II. A Gradual Realização do Ideal da Justiça Internacional, e Não Apenas Inter-estatal.....	5
III. A Coexistência dos Múltiplos Tribunais Internacionais Contemporâneos e a Expansão da Jurisdição Internacional.....	7
1. A Corte Internacional de Justiça .....	11
2. Os Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.....	15
3. Os Tribunais Penais Internacionais .....	20
IV. A Multiplicidade dos Tribunais Internacionais Contemporâneos e a Expansão da Subjetividade e Responsabilidade Internacionais .....	25
V. O Diálogo dos Múltiplos Tribunais Internacionais Contemporâneos..	27
1. A Reunião de Luxemburgo de 2002.....	28
2. A Reunião de Manágua de 2007.....	29
VI. O Advento das Convergências Jurisprudenciais no Labor dos Tribunais Internacionais Contemporâneos.....	30
VII. A Coordenação no Labor dos Tribunais Internacionais Contemporâneos Frente a Sua Missão Comum .....	36
VIII. O <i>Jus Naecessarium</i> : Avanços Rumo à Jurisdição Internacional Obrigatória .....	39
IX. O Primado do Direito nos Debates Correntes da Organização das Nações Unidas.....	43
X. Conclusões: Os Avanços na Realização do Ideal da Justiça Internacional .....	46

1. A Relevância dos Princípios Gerais do Direito .....	46
2. A Unidade do Direito .....	53
3. A Jurisdição Internacional como Co-partícipe da Jurisdição Nacional na Realização da Justiça .....	57
XI. A Contribuição dos Tribunais Internacionais Contemporâneos ao Primado do Direito .....	61

## Capítulo II

### REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A REFERÊNCIA A “NAÇÕES CIVILIZADAS” NO ARTIGO 38 DO ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

I. Introdução: Premissa Geral.....	69
II. A Inserção da Referência a “Nações Civilizadas” no Artigo 38 do Estatuto da Corte da Haia (CPJI/CIJ).....	71
III. O Entendimento de “Civilização” na Época da Adoção do Estatuto de CPJI (1920) .....	73
IV. A Tensão entre Civilização e Barbárie: Panorama Geral.....	76
V. Considerações de Ordem Psicológica.....	81
VI. Considerações de Ordem Histórica .....	88
1. Civilização e Barbárie no Tempo.....	97
2. A Projeção da Barbárie no Tempo .....	100
VII. Considerações de Ordem Jurídica .....	104
VIII. A Falsidade da Alteridade entre “Civilizado” e “Bárbaro” .....	111
IX. Sob a “Custódia do Estado” em Condições Infra-Humanas.....	119
X. Novas Manifestações da Barbárie Contemporânea .....	120
XI. O Princípio Básico da Igualdade e Não-Discriminação em um Mundo de Desigualdades.....	124
1. A Idéia da Igualdade Humana em Projeção Histórica .....	124
2. Igualdade e Não-Discriminação, e o Drama dos Desenraizados ..	127
3. Igualdade e Não-Discriminação, e o Abandono dos Esquecidos do Mundo .....	131
XII. Considerações Finais .....	132
1. De Volta aos Princípios Gerais do Direito .....	132
2. Premissa Confirmada .....	135

## Capítulo III

### LA PRESENCIA DE LA PERSONA HUMANA EN EL CONTENCIOSO INTERESTATAL ANTE LA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA

I. Introducción .....	140
-----------------------	-----

II. La Presencia de la Persona Humana en la Esencia de las Controversias Interestatales .....	141
III. La Superación de la Visión Territorialista Exclusiva Clásica: Las Medidas Provisionales de Protección en el caso del <i>Templo de Préah Vihéar</i> (2011) .....	142
IV. Demarcación de Frontera y Condiciones de Vida de Poblaciones Nómades: El Caso de la <i>Disputa Fronteriza entre Burkina Faso y Níger</i> (2013).....	143
V. Los Fines Humanos del Estado y la Visión Humanista del Orden Jurídico Internacional: La Opinión Consultiva sobre la <i>Declaración de Independencia del Kosovo</i> (2010) .....	146
VI. La Relevancia de las Cláusulas Compromisorias en los Tratados de Derechos Humanos: Los Casos de <i>Bélgica versus Senegal</i> (2009) y de <i>Georgia versus Rusia</i> (2010) .....	148
1. Caso de <i>Bélgica versus Senegal</i> (Medidas Provisionales de Protección, 2009) .....	148
2. Caso de <i>Georgia versus Rusia</i> (Excepciones Preliminares, 2010) .....	149
VII. Violaciones de Derechos Humanos Establecidas por la CIJ: El Caso <i>A.S. Diallo</i> (Fondo, Guinea versus R.D. Congo, 2010).....	150
VIII. El Individuo como Beneficiario de Reparaciones: Caso <i>A.S. Diallo</i> (reparaciones, Guinea versus R.D. Congo, 2012).....	152
IX. Derecho a la Igualdad Procesal en el Derecho Administrativo Internacional: La Opinión Consultiva sobre el <i>Procedimiento de Revisión de Sentencias del Tribunal Administrativo de la OIT</i> (2012).....	153
X. La Prohibición Absoluta de la Tortura y el Principio de la Jurisdicción Universal: El Caso de <i>Bélgica versus Senegal</i> (Fondo, 2012).....	157
XI. Las Inmunidades del Estado frente a los Crímenes Internacionales de Sujeción a Trabajo Forzado y Masacres: El Caso de las <i>Inmunidades Jurisdiccionales del Estado (Alemania versus Italia, con Intervención de Grecia, Sentencia de la CIJ del 03.02.2012)</i> y Disidencia .....	160
1. El Procedimiento y la Sentencia.....	160
2. La Disidencia.....	163
XII. La Equidad Inter-Generacional en la Conservación de los Recursos Naturales Maríños Vivos: El Caso de la <i>Pesca de Ballenas en la Antártida (Australia versus Japón, con Intervención de Nueva Zelanda, Sentencia del 31.03.2014)</i> .....	173
XIII. La Superación de la Visión Territorialista Exclusiva Clásica: La Interpretación de Sentencia en el caso del <i>Templo de Préah Vihéar</i> (2013).....	175
XIV. Breves Reflexiones Finales.....	177

## Capítulo IV

### QUELQUES RÉFLEXIONS À LOCCASION DE LA PREMIÈRE RÉUNION DES TROIS COURS RÉGIONALES DES DROITS DE L'HOMME

I. Introduction.....	183
II. L'accès direct de l'individu à la Cour Interaméricaine des Droits de l'Homme .....	184
III. L'importance du droit d'accès <i>lato sensu</i> à la justice internationale	188
IV. La sauvegarde de l'intégrité de la juridiction internationale de protection .....	194
V. L'interposition de limites au volontarisme étatique .....	197
VI. La condamnation des crimes d'État .....	198
VII. L'humanisation du droit international et l'émergence d'un nouveau <i>jus gentium</i> .....	199

## PARTE II

### DEVER DE REPARAÇÃO DE DANOS E CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS INTERNACIONAIS

## Capítulo V

### CONCEPTUALIZACIÓN DEL DEBER DEL ESTADO DE REPARACIÓN DE DAÑOS A LA PERSONA HUMANA: GÉNESIS, EVOLUCIÓN, ESTADO ACTUAL Y PERSPECTIVAS

I. <i>Prolegomena</i> .....	206
II. Sujeto de los Derechos Violados y Sujeto del Derecho a la Reparación .....	207
III. <i>Neminem Laedere</i> : Conceptualización de Reparación según los "Padres Fundadores" del Derecho de Gentes ( <i>Droit des Gens</i> ).....	211
IV. El Surgimiento de la Responsabilidad del Estado y el <i>Rationale</i> del Deber de Reparación.....	215
V. Un Todo Indisoluble: La Violación del Derecho Internacional y el Cumplimiento del Deber de Reparación de los Daños.....	220
VI. La Centralidad de las Víctimas en la Protección de los Derechos Humanos y Sus Implicaciones en Materia de Reparaciones .....	225
1. Posición Central de las Víctimas .....	225
2. Implicaciones en Materia de Reparaciones.....	227
3. Distintas Formas de Reparación .....	230
VII. El Aporte de la Jurisprudencia de los Tribunales Internacionales de Derechos Humanos (CtIADH y CtEDH) .....	235

1. Importancia de Su Jurisprudencia en Materia de las Reparaciones Debidas a las Víctimas.....	235
2. Aporte de la Corte Interamericana de Derechos Humanos ..	238
3. Aporte de la Corte Europea de Derechos Humanos .....	240
VIII. <i>Neminem Laedere</i> y Reparación a los Individuos por Daños Morales .....	242
IX. Importancia de la Rehabilitación de las Víctimas .....	245
X. Epílogo: Reflexiones Finales.....	247

## Capítulo VI

### COMPLIANCE WITH JUDGMENTS AND DECISIONS – THE EXPERIENCE OF THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS: A REASSESSMENT

I. Preliminary Observations .....	253
II. Referral of Non-Compliance to the Main Organs of the OAS .....	255
III. Supervision of Compliance with IACtHR Judgments and Decisions .....	256
IV. Supervision <i>Motu Proprio</i> by the IACtHR Itself: The Leading Case of <i>Baena Ricardo and Others (270 Workers versus Panama, 2003)</i> ..	260
V. A Setback in the Practice of the IACtHR: “Partial Compliances” ..	263
VI. Final Observations .....	

## PARTE III

### A VIVÊNCIA DOS GRANDES TEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL DE NOSSOS TEMPOS: CRÔNICAS SELECIONADAS

## Capítulo VII

### A EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO: FEITOS MARCANTES

I. O Centenário da II Conferência de Paz da Haia de 1907 .....	271
II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos ao Longo das Seis Últimas Décadas .....	276
III. A Corte Internacional de Justiça.....	282
IV. Balanço dos Resultados da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).....	291
1. Observações Preliminares .....	291
2. O Fórum Mundial das Organizações Não-Governamentais... ..	292
3. A Abertura da Conferência de Viena: As Idéias Centrais .....	294

4. A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993: Breves Reflexões .....	297
5. A Multiplicidade de Atores e Contribuições à Conferência de Viena .....	305
6. Observações Finais - De Viena ao Novo Século: A Nova Dimensão da Onipresença dos Direitos Humanos .....	308

## Capítulo VIII

### O QUOTIDIANO DO DIREITO INTERNACIONAL AO LONGO DOS ANOS

I. O Primado do Direito nos Planos Nacional e Internacional.....	313
1. A Condenação dos Crimes de Estado .....	313
2. O Fim das "Leis" de Auto-Anistia.....	316
II. O Primado do Direito sobre a Força .....	319
1. A Capa Tênué da Civilização.....	319
2. A Guerra como Crime.....	323
3. A Ilegalidade das Armas Nucleares. ....	325
4. O Direito e os Limites da Força .....	327
5. A Proibição Absoluta da Tortura.....	329

## Capítulo IX

### A PESSOA HUMANA E A JUSTIÇA INTERNACIONAL

I. O Acesso Direto dos Indivíduos à Justiça Internacional .....	333
II. Um Novo Primado da Razão.....	336
III. O Acesso à Justiça Internacional e os Direitos da Pessoa Humana ...	338
IV. Novo Paradigma do Direito Internacional .....	340
V. O Brasil e a Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	343
VI. Dez Anos de uma Decisão Histórica.....	346
VII. Responsabilidade do Estado e do Indivíduo .....	349
VIII. A Importância da Jurisdição Internacional.....	352
IX. Direito e Justiça em Choque.....	354

## Capítulo X

### A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO NOVO *JUS GEN- TIUM*: RELATOS AO LONGO DOS ANOS

I. Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	359
1. Duas Sentenças para a História - Parte I.....	359
2. Duas Sentenças para a História - Parte II .....	362
3. Dois Pareceres para a Humanidade .....	364



II. Corte Internacional de Justiça .....	367
1. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte I .....	367
2. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte II .....	369
3. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte III .....	371
4. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte IV .....	374
5. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte V .....	377
6. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte VI .....	381
7. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte VII .....	384

## PARTE IV

### A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DOS VULNERÁVEIS E INDEFESOS

#### Capítulo XI

#### CONDICIÓN JURÍDICA Y DERECHOS DE LOS MIGRANTES INDOCUMENTADOS

I. La <i>Civitas Maxima Gentium</i> y la Universalidad del Género Humano .....	389
II. Las Disparidades del Mundo Dicho "Globalizado", los Desplazamientos Forzados y la Vulnerabilidad de los Migrantes .....	394
III. La Reacción de la <i>Conciencia Jurídica Universal (Opinio Juris Communis)</i> .....	398
IV. La Construcción del Derecho Individual Subjetivo al Asilo .....	403
V. La Posición y el Rol de los Principios Generales del Derecho .....	410
VI. Los Principios Fundamentales como <i>Substratum</i> del Propio Ordenamiento Jurídico .....	415
VII. El Principio de la Igualdad y la No-Discriminación en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos .....	418
VIII. Emergencia, Contenido y Alcance del <i>Jus Cogens</i> .....	423
IX. Emergencia y Alcance de las Obligaciones <i>Erga Omnes</i> de Protección: Sus Dimensiones Horizontal y Vertical .....	429
X. Epílogo .....	434

#### Capítulo XII

#### UPROOTEDNESS AND THE PROTECTION OF MIGRANTS IN THE INTERNATIONAL LAW OF HUMAN RIGHTS

I. Preliminary Observations .....	437
II. The Drama of Uprootedness and the Growing Need of Protection of Migrants .....	440

III. Basic Principles on Internal Displacement.....	446
1. Global (United Nations) Level.....	447
2. Regional Level.....	448
IV. Basic Principles on Migrations.....	451
V. The Protection of Migrants in International Case-Law.....	458
1. European Human Rights System.....	458
2. Inter-American Human Rights System.....	461
a) The Advisory Opinion on the <i>Right to Information on Consular Assistance in the Framework of the Due Process of Law</i> (1999)....	463
b) The Advisory Opinion on the <i>Juridical Condition and Rights of Undocumented Migrants</i> (2003).....	466
VI. The Protection of Migrants in <i>Rapporteur</i> Systems.....	468
VII. State Responsibility: Variations on an Old Theme of International Law.....	472
VIII. Final Reflections on the Matter.....	478

### Anexo Documental I

#### LE DÉVELOPPEMENT DU DROIT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'HOMME À TRAVERS L'ACTIVITÉ ET LA JURISPRUDENCE DES COURS EUROPÉENNE ET INTERAMÉRICAINES DES DROITS DE L'HOMME

I. Introduction.....	483
II. La dimension jurisprudentielle.....	485
III. La dimension institutionnelle.....	490
IV. Conclusions.....	492

### Anexo Documental II

JURISDIÇÃO DE TRIBUNAIIS ARBITRAIS INTERNACIONAIS: SUA COMPÉTENCE DE LA COMPÉTENCE.....	495
---	-----

### Anexo III

LIVROS DO MESMO AUTOR.....	503
----------------------------	-----